

A IMPRENSA NO EDUCAR-SE DAS CLASSES TRABALHADORAS DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Ana Luiza Jesus da Costa*

Resumo: O presente artigo, derivado de pesquisa de Doutorado sobre o *Educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro* tem como objetivo apresentar algumas formas pelas quais os trabalhadores da Corte e da Província do Rio de Janeiro se educavam uns aos outros por meio da imprensa operária, frequentemente relacionada às suas associações de ofícios. Adotamos aqui uma concepção de educação mais ampla do que o sinônimo de forma escolar e procuramos questionar a oposição entre classes trabalhadoras e produção intelectual leitura e escrita.

Palavras-chave: Imprensa Operária. Educar-se. Século XIX.

Press in self-education of working class in nineteenth-century Rio de Janeiro

Abstract: *This article derived from doctoral research on Self-education of the popular classes in nineteenth-century Rio de Janeiro aims to present some ways in which workers of the Court and the Province of Rio de Janeiro educated each other through the workers' press, often related to their associations. We adopt here a broader conception of education than the synonym with schooling and try to question the opposition between working-class culture and intellectual production reading and writing.*

Keywords: *Workers Press. Self-Education. Nineteenth Century.*

1 INTRODUÇÃO

E todos os que me ouviam ler o jornal, estavam como que perplexos diante da grave descoberta que lhes ia ser anun-

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo; Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Rua Dr. Sardinha, 181, Apto. 706, Santa Rosa, Niterói, RJ; 24240-660; anajcosta@gmail.com

ciada; eu mesmo suspendi a leitura um instante a fim de preparaR-me para a surpresa.

Pois ao fim daquele exórdio todo, diz ele, semelhante à montanha que pariu um rato, que a culpa é dos donos de padarias que não controlam seu pessoal.

Toda a indignação acumulada nos meus ouvintes pronta a explodir contra o mau que ia ser apontado a seu conhecimento, desfez-se numa sonora gargalhada, que me fez compreender o meu engano em tomar a sério uma coisa que só deveria ser encarada pelo lado pitoresco.

(A Mercúrio)

Um dos principais mitos da modernidade tem a ver com o poder de a educação transformar a sociedade. Essa concepção moveu, desde o século XIX, amplos debates em torno da educação popular. Uma das principais marcas destes debates no período aqui estudado dizia respeito ao lugar do povo no pensamento e nas políticas educacionais hegemônicas: este povo era considerado objeto a ser moldado pela educação.

Nas páginas que seguem, procuramos demonstrar resultados de pesquisa histórica em que foi possível perceber as classes populares oitocentistas como sujeitos no processo educacional. Ao investigarmos a educação no universo da imprensa operária, constatamos que esta era uma ferramenta com a qual as classes populares se educavam. Analisamos uma série de jornais da segunda metade do século XIX e duas primeiras décadas do século XX voltados às classes trabalhadoras, a maior parte deles editados por operários. Em geral, esses periódicos eram órgãos de informação e propaganda de associações de ofício.

A análise dos periódicos pautou-se na delimitação do que chamamos “recursos pedagógicos”, por meio dos quais os jornais surtiam um “efeito educativo”. Alcançar este efeito era objetivo dos próprios editores que declaravam, literalmente, sua missão de educar e guiar o povo. Tais “recursos educativos” encontravam-se referenciados na cultura dos sujeitos para os quais os jornais estavam voltados: as classes populares e trabalhadoras.

Dessa forma, o uso de uma linguagem escrita perpassada pela oralidade (poemas, breves citações, frases de efeito, seções de boatos); o uso de metáforas e de histórias exemplares, entre outros mecanismos, facilitou a apreensão do conteúdo a ser comunicado, “ensinado” pela imprensa operária aos trabalhadores. Por meio dela, eles tinham acesso, mesmo quando não alfabetizados, por ouvirem ler os jornais, ao universo da leitura e da escrita, aos conhecimentos gerais, às notícias cotidianas, às teorias e ideologias como o socialismo e o anarquismo, enfim, a uma arena de debates na qual ocorria o que chamamos de “aprendizado da política”.

2 CARACTERIZAÇÃO DOS IMPRESSOS ANALISADOS

O contato com o mundo das ideias, inclusive por meio da leitura e da escrita, notadamente de impressos, como jornais e revistas, fez parte da experiência de homens e mulheres trabalhadores nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. O presente artigo, fragmento de tese de Doutorado sobre *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro*, ao considerar tal experiência em sua dimensão formativa, adotando uma concepção de educação que extrapola a forma escolar, procura desmistificar uma suposta oposição entre classes trabalhadoras e educação.

Estabelecendo um nexos entre associações de trabalhadores, imprensa e educação, colocamos em dúvida a ideia comum do alheamento ou alienação dos sujeitos trabalhadores em relação às formas de produção intelectual, principalmente à leitura e à escrita. A pesquisa, nas páginas de periódicos voltados aos trabalhadores e produzidos por eles, logrou fazer emergir algumas das formas pelas quais homens e mulheres alfabetizados, ou não, educaram-se uns aos outros lendo, escutando e escrevendo em seus jornais, revistas ou panfletos.

As últimas décadas do século XIX e início do XX, no Rio de Janeiro, são marcadas por uma extraordinária ampliação do número de periódicos. Segundo Barbosa (2010), no ano de 1881 apareceram 95 novos periódicos e, no ano seguinte, mais 64. Em 1900, o Rio de Janeiro possuía pouco mais de 500 mil habitantes e os cinco principais jornais faziam circular cerca de 150.000 exemplares. Todo esse material traz indubitáveis contribuições às nossas buscas pelos saberes populares no período.

Encaramos a imprensa como fonte privilegiada para acessar a experiência educacional mais ampla das classes populares por ser uma forma de relação com o mundo da leitura e da escrita que não estava necessariamente na escola. Meio de comunicação, circulação de ideias, ela não estava restrita à população alfabetizada. Informa-nos sobre acontecimentos de um determinado tempo, sobre quem os publica e, especulativamente, sobre o público que os recebe e, ainda, sobre os efeitos daquilo que foi veiculado em determinada formação social.

A expansão numérica da imprensa operária teve seu paralelo na expansão do número de associações de trabalhadores, principalmente na Corte, mais tarde Distrito Federal, mas também por toda a Província. Esse paralelismo tem a ver com o fato de que parte desses periódicos representou órgãos de propaganda

das associações, veiculando informações sobre elas e defendendo a importância do desenvolvimento do movimento associativo. A ligação entre periódicos e associações é destacada por historiadores preocupados com uma história social da imprensa. Segundo Morel (2011, p. 26),

Havia associações com funções diversificadas: culturais, científicas, pedagógicas, por ofício, benemerentes e etc. A cada um desses grupos, apesar de alguma heterogeneidade e mudanças de posição, equivalem quase sempre publicações espalhadas pelas províncias e unificadas por determinadas bandeiras, interesses e palavras de ordem.

Na pesquisa documental aqui apresentada, ficou explícito que a edição de periódicos se constituía em política de várias organizações de trabalhadores. A *Revista da Associação dos Guarda-Livros* representa um desses casos. Em seu número de 31 de janeiro de 1874 informa que sua criação significava “[...] o cumprimento de uma das disposições de seus estatutos e justo desejo de [...] contribuir e firmar o espírito de associação quase nulo neste país gigante [...]”. Ela teria sido publicada tardiamente, prevista desde abril de 1869, realizada apenas em 1874, o que é atribuído ao “indiferentismo” e a “falta de espírito de classe” dos guarda-livros (REVISTA..., 1874).

A estreita ligação com as associações de trabalhadores não ocorria apenas à medida que alguns jornais eram promovidos por elas. Também era comum a divulgação geral das atividades e documentos dessas organizações mesmo nas páginas dos periódicos que não se declaravam como órgãos de qualquer associação. *O Proletário, Hebdomadário artístico, literário e recreativo*, por exemplo, trazia publicado o resumo de conferência promovida pela Liga Operária e também as atas do Clube Literário Gonçalves Dias.

Enquanto órgãos de associações, os jornais operários tinham funções como as narradas na *Carta Aberta à Diretoria do Centro dos Operários Marmoristas*, publicada na edição de 01 de dezembro de 1906, de *O Marmorista*. Seriam veículos do levantamento moral da classe, disporiam os espíritos à luta e informariam sobre os acontecimentos relacionados à associação.

Cumpre-me levantar aqui um voto de louvor pela alevantada ideia de editar um jornal da classe [...] Dedicando como ides fazer esse jornal a propagar o levantamento moral e material da classe, dispondo os espíritos para a luta, torna-se a publicidade do periódico uma das primeiras necessidades. É preciso porque a cada um de nós caberá um exemplar, no qual veremos consignados os acontecimentos sociais econômicos do operariado, assim como

quando não tenhamos tempo de ir à nossa sede, em dias de expediente, o número a seguir nos porá ao correr de tudo. (O MARMORISTA..., 1906).

No amplo universo da imprensa fluminense foram selecionados jornais e revistas com caráter manifestamente popular, especialmente voltado ao mundo do trabalho. É importante pontuar o volume de títulos e a impossibilidade de lê-los em sua totalidade.

Entre as características dos títulos analisados neste artigo destacamos, primeiramente, a irregularidade de sua periodicidade e a efemeridade em seu ciclo de vida. Este traço interfere fortemente na própria pesquisa, já que contamos com informações mais ou menos fragmentadas e descontínuas.¹ Estes jornais não tinham como objetivo a arrecadação financeira por vendas ou anúncios. É raro encontrar, neles, anúncios de produtos e serviços.² Quase sempre afirmavam que sobreviviam com dificuldade e pediam auxílio ao público leitor. A *Revista da Associação dos Guarda-Livros* era distribuída por diversas casas comerciais rogando-lhes o favor de subscrevê-la, enquanto *O Três de Abril* informava aos associados da União Operária do Engenho de Dentro que a impressão do jornal não era custeada pelos cofres sociais, mas corria por conta de dois sócios signatários. De acordo com Morel (2011, p. 36):

O que se conhecia como imprensa periódica é bem diferente do que hoje se compreende como tal, inclusive em seu suporte físico: apesar de algumas iniciativas estáveis havia grande número de títulos efêmeros. Mesmo demandando alguns recursos financeiros, não era preciso ser muito rico para fazer circular um jornal que tinha formato pequeno, poucas páginas, com anúncios escassos. Tanto um jornal governista quanto um oposicionista tinham um alcance, em princípio semelhante. E não era necessário ser um privilegiado social para comprar eventualmente um exemplar cujo preço estava acessível até mesmo para um escravo de ganho que se interesse em sua leitura.

Apesar dos custos da publicação das folhas não ser elevado, o que observamos na circunstância de serem editadas, até mesmo com recursos de dois indivíduos trabalhadores, a falta de um financiamento substancial provocava a publicação com irregularidade ou desaparecimento de muitas delas em um curto espaço de tempo. Fato tratado com ironia no cabeçalho d' *O Panificador*, que indica aparecer “quando pode”, porém, seu preço também seria “à vontade” por subscrição voluntária. Por esse motivo *Força Nova* lançava o apelo aos leitores: “Aos camaradas que julgam útil nossa propaganda pedimos que façam todos os

esforços remetendo-nos suas contribuições pecuniárias o mais breve possível a fim de darmos regularidade à tiragem dessa folha.” (FORÇA NOVA..., 1904).

Trabalhamos com um total de 29 títulos entre órgãos de propaganda de associações operárias como *O Panificador* ou *O Marmorista* e publicações com espectro mais amplo, destinadas a toda classe trabalhadora, como *O Artista*, *A Revolução*, *Força Nova*, etc. A maioria dos jornais eram editadas na cidade do Rio de Janeiro, sendo a única exceção *A Redenção*, periódico produzido na Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, localizada em Niterói. Este não destoava, apenas, pelo local de edição, mas pelo próprio caráter da publicação, voltada aos trabalhadores ali detidos; era produzido pela diretoria da penitenciária e estava de acordo com a ordem político-social vigente. Foi inserido na série documental por se declarar voltado para aqueles trabalhadores, por tematizar o trabalho e por servir de contraponto ideológico aos demais.

É necessário explicitar a discussão sobre a heterogeneidade existente no universo em que estamos denominando como *imprensa operária*. Ele abarcaria, ao mesmo tempo, tipógrafos ou guarda-livros, ofícios que requeriam maior grau de instrução e conferiam *status* social mais elevado, e padeiros, cujo trabalho era predominantemente manual. Quanto mais recuamos no tempo, maior é a dificuldade em encontrar publicações escritas por categorias de trabalhadores ligadas ao trabalho predominantemente manual. No século XIX, encontramos jornais editados por associações de tipógrafos, guarda-livros e caixeiros, porém, o fato de outras categorias não publicarem seus periódicos não quer dizer que não lessem (de diversas formas) as publicações da imprensa operária, como: *O Proletário*, *Gazeta Operária*, *Gazeta Suburbana*, etc.

Os títulos escolhidos permitiram compreender o uso da imprensa como uma ferramenta pelas classes populares em sua experiência educacional. Tal afirmação é possível, por um lado, porque esses sujeitos são escolhidos como público, erigidos, assim, em interlocutores legítimos. Ainda que, como veremos a seguir, insistam em sua apatia, inércia ou inconsciência, os editores somente se dirigiam a eles porque acreditavam poder “acordá-los”. Por outro lado, os próprios editores se definiam como pertencentes à classe de artistas e operários.

Esses periódicos, além de desenvolverem seu próprio programa em textos mais densos de análise e opinião, procuravam noticiar os acontecimentos cotidianos da cidade. Traziam, ainda seções de variedades, com o objetivo de “ilustrar” e entreter o leitor, como: biografias, folhetins, charadas, poemas. Encontramos, ainda, em *O Proletário*, *O Socialista* e *Gazeta Operária*, seções abertas à manifestação do

público: cartas, recados e reclamações. As colunas da maioria dos periódicos aqui estudados se propunham a abrigar denúncias dos arbítrios sofridos pelos “colegas operários”. Nesse sentido, facultava-se: “Para esse fim, podem dirigir suas reclamações em carta fechada à Rua Teófilo Ottoni, número 151, livraria do Sr. A. T. de Castro Dias, subscritas à redação do *Proletário*.” (O PROLETÁRIO..., 1878).

Força Nova solicitava aos trabalhadores de todas as categorias que tivessem queixas a fazer a se dirigirem à redação do jornal onde encontrariam pessoas habilitadas para registrá-las. Não apenas denúncias, mas todo o tipo de recados dos leitores encontravam espaço naquelas páginas, deixando-nos perceber uma intensa interlocução entre jornais e público.

Geralmente, em seus primeiros números, encontramos o editorial, no qual se divulgava o programa do jornal. Em um momento em que a imprensa era considerada uma tribuna, uma arena de debate político, tal tomada inicial de posição era muito importante. “Tribuna da humanidade no caminho do progresso e da liberdade”, observando a autoimagem da imprensa, encontramos representações contraditórias, pois também se usava a imagem de “arena de lutas” para se referir a ela. Segundo *O Proletário* (1877), “[...] a imprensa para nós é um gládio.” Dessa forma, os redatores alternavam a representação da defesa dos interesses das classes trabalhadoras entre formas “legais” e formas “violentas”. *O Proletário* (1887), em artigo que pedia o auxílio da classe para a manutenção de sua missão é emblemático: “O jornal é o advogado dos direitos do povo, e não é só isso, é também uma trincheira difícil de romper para aqueles mandões que sofismática e calculadamente tentam executar leis absurdas.” Caso não fosse suficiente ir aos tribunais, concebia, ao menos retoricamente, a ida às trincheiras.

O Socialista (1877) identificava-se como “[...] órgão de pugilo de homens convictos e fortes.” Estes homens não seriam os trabalhadores em geral, mas sim intelectuais que se punham ao lado das classes operárias assumindo um papel de liderança, de vanguarda. Eles combateriam “[...] em favor dos párias sócias, os operários, uma classe lembrada pelos grupos políticos de nossa pátria nos momentos em que precisam de vitória; e por eles esquecida na hora gloriosa em que se apossam do poder.”

Quanto ao pertencimento social dos redatores, nota-se que procuravam se aproximar o máximo possível do público leitor, talvez em busca de maior legitimidade para falar por ele. *O Proletário* (1877) afirmava que “[...] seu aparecimento na imprensa é o resultado da firme vontade de alguns poucos artistas que desejam melhorar sua condição social pela instrução.” *A Consciência Nacional*

pretendia falar pelo operário, artista nacional, mas não fica claro o pertencimento do redator que não usa o recurso de *Gazeta Operária* ao pronome “nós” para se referir à classe operária. Este último se define como manifestação desta classe e apesar de o redator não deixar explícita sua identidade, podemos inferi-la em frases como: “E nós que constituímos parcela desse grande todo e que representamos a maioria – o povo.” Já *O Artista* não deixava dúvidas sobre quem eram seus redatores. Na primeira página encontramos a informação de que é “[...] propriedade dos redatores, os engenheiros: Tenente Coronel Fernando Luiz Ferreira; Dr. Miguel Vieira Ferreira; Dr. Luiz Vieira Ferreira; e Dr. Joaquim Vieira Ferreira.” Em algum dos textos do jornal cita-se o Tenente Coronel Fernando Luiz Ferreira como “[...] engenheiro, artista ele mesmo.” (O PROLETÁRIO..., 1877).

Nos periódicos de fins do século XIX e, principalmente, nos primeiros anos do XX, os redatores faziam questão de registrar seu pertencimento de forma bem explícita, como em *Força Nova* (1904) que afirmava ser “[...] dirigido exclusivamente por homens trabalhadores, sendo, porém, colaborado por todos que se interessam pela questão social, não cedendo nunca suas colunas para discussões pessoais.” Supomos que os redatores daqueles jornais que são órgãos de propaganda de associações de ofício já teriam seu pertencimento social demarcado por esse mesmo fato. De qualquer forma, a luta de classes é expressa em todo o conjunto analisado, uma vez que a imprensa, nesse momento, especialmente aquela voltada às classes trabalhadoras, era uma imprensa de opinião, que incluía em seus objetivos a propaganda ideológica. São constantes as imagens de conflito entre ricos corruptos e pobres que “ganham o pão com o suor de seu rosto.”

Quanto ao pertencimento político, encontramos redatores críticos ao *status quo*, à classe política no poder por corrupta e desgastada, e, por outro lado, os que se declaravam neutros, desligados das questões partidárias. *O Proletário* (1877) tratava os governantes por “[...] camaleões políticos elevados às altas regiões do funcionalismo, magistratura e representação nacional.” Considerava que o poder pouco a pouco solapava os homens públicos e instituições, porém acreditava em um tempo mítico, quando havia bons políticos defensores dos interesses da nação, ao contrário do momento atual em que “[...] não se trata mais nessa casa [Parlamento] do bem comum do povo. O interesse individual é a divisa desses senhores que dirigem a grande nau do Estado.” Por outro lado, defendia o progresso da nação, a cidadania, o bem-estar, a instrução, a proteção ao povo e a moralidade. Em sua opinião, concorreria para tudo isso uma representação operária no Parlamento inexistente até então. “Só lançarmos um golpe

de vista para a representação nacional, ficamos maravilhados, porque entre os 120 lugares do Parlamento não encontre o operário uma cadeira para si, tendo, no entanto, parte ativíssima nos comícios eleitorais.”

A Consciência Nacional (1877) seguia o mesmo tom de ataque ao regime instituído, mas acrescentava às suas críticas uma forte coloração nacionalista, considerando o reinado de Pedro II como estrangeiro. Porém, o jornal também não se ligava a nenhum dos partidos existentes considerados corrompidos. Nenhum deles representaria verdadeiramente o operário nacional. Pelo contrário, diz que “[...] o trabalho mecânico que se representa no pessoal operário só [era] invocado nominalmente nos dias do nominal exercício da ridícula suposta *soberania popular*.” (CONSCIÊNCIA..., 1877). Apesar do discurso político profundamente crítico, desejava evitar o que chamava de “desastres sociais”, como uma revolução social, talvez, que poderiam ser causados pelo “desespero das classes laboriosas”.

Semelhante ao periódico supracitado, *Gazeta Operária* não se vinculava aos partidos existentes. Falava ao povo e pretendia contar apenas com a força deste na luta por seus direitos. Declarava-se neutra nos interesses partidários e crenças políticas e, em vez da luta de classes, optava pela participação na vida política do país ao lado das outras corporações. Seu posicionamento político mais marcante diz respeito à ferrenha crítica feita à reforma eleitoral de 1881 por excluir a maior parte do povo do pleito.

A crítica ao Governo e a defesa dos interesses das classes trabalhadoras eram feitas a partir de diferentes matizes ideológicos mais ou menos definidos. Temos *O Socialista* e *Echo Popular* como exemplos de periódicos que se declaravam defensores do socialismo, enquanto *Força Nova* e *Revolução* se filiavam ao anarquismo, mantendo-se de fora das disputas eleitorais. Porém, havia os casos em que alguns órgãos de organizações de trabalhadores, como os guarda-livros e tipógrafos, veiculavam ideias consoantes ao liberalismo, ainda que não se declarassem liberais. A *Revista da Associação dos Guarda-Livros* (1874), apesar de se dizer politicamente neutra, criticava a doutrina econômica do Governo pelo ponto de vista do liberalismo econômico.

Motivada ou não por divergências político-ideológicas, a imprensa voltada para os trabalhadores apresentava, além da diversidade em seu universo de sujeitos e opiniões, conflitos e disputas entre seus periódicos. A oposição mais comum e esperada ocorria entre as folhas ligadas às classes operárias e à grande imprensa diária com fins mercantis, vinculadas às empresas e ao poder governamental. Entretanto, *O Proletário* (1877), em sua rixa com *União*

do Povo, utilizava-se da comparação com a grande imprensa para desmoralizar aquele periódico que, a princípio, seria seu par. *A União do Povo* os teria chamado de “[...] preguiçosos, de doutos, de vizinhos de sábios universais, etc, etc.” (O PROLETÁRIO, 1877). Ao que responde *O Proletário* compreendendo que “[...] a ilustrada redação teve origem no mercantilismo e que sua lógica é a do algarismo, e por isso o tempo que leva a discutir conosco, falta-lhes para coisas mais proveitosas, por isso a deixamos em paz para explorar companhias Garys e outras, e também ser eco de nossa imprensa diária.”

O fato de se oporem à grande imprensa diária não impede estes periódicos de reproduzirem notícias veiculadas por aquela. Melhor dizendo, as notícias não eram simplesmente “reproduzidas”, mas ressignificadas, uma vez que não deixam de ser comentadas. É o caso da denúncia de violência policial que se lia na *Gazeta de Notícias* de ontem, a que *O Proletário* (1877) interpõe sua reiterada crítica à arbitrariedade policial.

Ontem, pelas 10 horas da manhã, em frente à Estação do Mangue, uma autoridade policial no exercício das suas funções, esbofeteou um preto que lhe foi apresentado preso só porque este não tirou o chapéu quando chegou à sua presença. Este fato reclama a séria atenção das autoridades superiores. Vai sem comentários.

Não é essa a primeira vez que a polícia do Sr. Dupin pratica dessas brilhaturas. São *frutas do tempo*, como dizia o *Constitucional* de *catoníssima* memória; *le monde marche* disse Peletan, e desde caceteiro e a *flor da gente* que se assentavam nas bancadas da temporária até o subdelegado que espanca cidadãos, ou a *autoridade que no exercício de suas funções* espanca presos, caminha-se gradativamente. E: ave César. (O PROLETÁRIO..., 1877).

Apesar de anunciar que o artigo iria “sem comentários”, não se furta a debater o caso diretamente com o chefe de polícia, de quem cita o nome e ironiza sua prática de “brilhaturas”. Ao analisar a notícia, não restringe o fato à sua pontualidade, seriam “frutas do tempo”, o uso de violência generalizada, tanto de “caceteiros”, “flor da gente” ou “autoridades” não somente contra presos, mas também contra cidadãos (O PROLETÁRIO..., 1877).

As divergências e conflitos entre periódicos voltados para trabalhadores existiam em uma conjuntura na qual estes desenvolviam redes e apresentavam traços de uma cultura comum, o que Batalha (2004) caracteriza como cultura de classe. Muitas folhas apresentavam seu agradecimento pelo recebimento de outras. *O Proletário* recebia e agradecia: “A coleção do *Contemporâneo*; o último número

do *Psit*; *A República*; O último número de *Comédia Popular*; o primeiro número da *Gazeta Semanal* publicada nessa Corte; O último da *Escola*; o *Guaratinguetense*; um opúsculo intitulado *Cenas verdadeiras*.” (O PROLETÁRIO..., 1877). Além da circulação de jornais, havia o consentimento da transcrição e publicação de textos de uns pelos outros. *O Três de Abril* agradecia “[...] à ilustrada redação d’ *O Operário* de Juiz de Fora a publicação desse belo artigo que com a devida vênua transcrevemos gratíssimos.” De uma ou outra forma, muitos periódicos faziam propaganda de seus correlatos. *Força Nova* indicava: *O Livre Pensador*; *O Amigo do Povo*. *Periódico Semanal de Propaganda Libertária*; *Despertar*. *Periódico Semanal Anarquista*, entre outros.

Os programas e posicionamentos políticos descritos encontravam coerência com o público para o qual eram destinados os jornais, a quem visavam sensibilizar, representar, educar. Ao mesmo tempo o que escolhiam os sujeitos para quem dirigissem seu discurso, apontavam outros em posição conflituosa. É o caso d’ *O Proletário*, que se destinava ao operário, proletário, povo, homem livre, opondo-se às carreiras científicas, aos empregos públicos e aos políticos. A *Consciência Nacional* defendia os operários, artistas mecânicos nacionais diante das letras, ciências, comércio, indústrias artificiais, funcionalismo e estrangeiros. Já *O Socialista* falava ao povo, aos párias sociais, operários contra as classes privilegiadas, classes predominantes. *O Artista*, apesar da categoria social expressa no nome, pretendia educar e instruir os artistas, mas não era marcado por forte pertencimento de classe; sua causa não era a classe, mas a instrução.

Ao falar para as classes populares, os redatores dos periódicos estudados colocavam-se a distância, deixando-nos perceber em suas páginas as concepções que possuíam sobre “o povo”, “os operários”, “proletários”, “artistas” ou demais faces desse complexo conjunto. Para *O Proletário* (1877), seu público apresentava-se como indiferente às questões políticas e sociais. Esta indiferença era atribuída, porém, ao monopólio da política por sujeitos corruptos. Assim, o periódico viria auxiliar um povo, a princípio sem voz, falando por ele. O grande problema deste povo, desse operariado seria, então, a apatia, a inércia, a descrença, a indiferença, principalmente com “as letras”. Eles se contentavam em “[...] vencer diariamente o produto mal retribuído de seu trabalho.” (O PROLETÁRIO..., 1877). Somado ao problema da indiferença estaria o do próprio modo de vida do operário: o esbanjamento de dinheiro, a preferência dos “prazeres noturnos nocivos ao espírito”, em vez “do estudo do seu futuro”. Apesar de tudo isso, tinham confiança no povo para fazer progredir a nação, pois este ainda não estaria cor-

rompido como as classes no poder. Em *A Consciência Nacional* (1877), o operário era apresentado como vítima de suas condições materiais, vítima da exploração, injustiçado. Ele, que sustentava a nação, vivia mal remunerado, vexado, morando em “mansarda de estalagem imunda”, convivendo com “más companhias”.

Não tanto na posição de vítima, em *O Socialista* (1878), o povo é “[...] versátil, indiferente, apaixonado às vezes.” Possui um “espírito pouco vidente”, mas também “instinto de liberdade”. Qualidades instintivas eram as que, em princípio, poderiam advir de um povo formado como o brasileiro: nascido de uma “composição condenada” – do “estrangeiro depauperado” moralmente, o “africano selvagem” da escravidão, o índio livre reduzido a escravo (*O SOCIALISTA*, 1878). Nada que favorecesse uma vida produtiva, uma existência político-social, uma fraternidade social. Seria necessário esforço para reverter a situação, mas o redator apenas conseguia ver indiferença. Baixo a essa visão pejorativa da composição do povo brasileiro, o jornal e o clube a que representa se colocavam a tarefa de regenerá-lo contra a corrente dos poderosos que teriam criado e mantido tal degeneração. Na mesma linha pejorativa dos outros periódicos, *Gazeta Operária* (1881) classificava o povo como inativo quedado em marasmo.

Destoando um pouco dos demais, *O Artista* não parecia conceber características intrínsecas ao povo. Parecia defender a capacidade de aprendizagem e o acesso à instrução. Chegava a afirmar que não se devia pensar que para ser popular um periódico devia ser frívolo. A instrução seria assim a medida de classificação dos sujeitos. Entretanto, ao se considerar como “periódico civilizador” indicava que estaria lidando com um povo bárbaro. Dessa forma, os diferentes periódicos justificavam sua missão educativa com o público a quem se destinavam. Morel (2011, p. 35) afirma que a imprensa de opinião fez entrar em cena o redator panfletário, homem público, visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. Esta missão educativa será, a partir de agora, decomposta para a análise de como a imprensa educa o público leitor? Seguiremos explicitando alguns “recursos pedagógicos” flagrados em suas páginas.

3 A IMPRENSA NO EDUCAR-SE DAS CLASSES TRABALHADORAS

Se as associações de trabalhadores para fins econômicos ou políticos fossem escolas, os jornais seriam seus materiais didáticos. Barbosa (2010) considera, inclusive, que os jornais do período aqui estudado evocavam muito mais o

formato de livros, como obras a serem lidas gradualmente. Mas essa é apenas uma simplificação, uma vez que tanto associações quanto jornais surtiam um efeito educativo, declarando ser essa a sua missão, porém, seus objetivos eram muito mais amplos. Ao tomarmos a história da imprensa operária vemos, no momento aqui abordado, o princípio da organização e formação das classes trabalhadoras como agentes políticos dispostos a interferir nos rumos do Estado e da nação. Este é, também, o momento de desenvolvimento de uma “opinião pública” que, segundo Morel (2011), começa a surgir no Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX. Diferentes categorias de trabalhadores compreenderam o poder da imprensa e, mais ou menos organizados, dispuseram-se a disputar naquela “arena”, para dentro e para fora da classe em formação, os “corações e mentes” do público.

Nesse sentido, o dito efeito educativo não é o único objetivo destes periódicos, porém tem extrema relevância, não somente em sua dimensão instrutiva: exercício da leitura, conhecimentos gerais, mas, principalmente, pelo aprendizado da política. Notícia lida, comentada, debatida. Agregava ou opunha pessoas. Levava o cotidiano de uma oficina, ou de um bairro, para toda a cidade, para toda a província e trazia o panorama nacional e internacional para dentro dos locais de trabalho, salas de associações, tavernas, cafés, quaisquer lugares onde houvesse operários leitores.

Ao tomar como fonte os jornais, entramos em contato com experiências já tratadas na consciência e na cultura (THOMPSON, 1981). Optamos por pesquisar o aprendizado da política não em obras teóricas dos filósofos de esquerda do século XIX e início do XX, mas nos periódicos que, embora citassem e debatessem trechos de obras de Marx, Proudhon, Luis Blanc, estavam no cotidiano do trabalhador comum. Os jornais se nutriam com a matéria da experiência: os acontecimentos tratados pela consciência e pela cultura de quem os contava e de quem os escrevia. Esses conhecimentos selecionados, analisados, opinados, formatados pelo discurso, tornavam-se notícias e fatos que circulavam, eram lidos e/ou escutados, alimentando novos e velhos pensamentos, mais experiências.

A experiência não acontece sem reflexão (THOMPSON, 1981) e o efeito educativo dos jornais não acontecia ao acaso. Quando nos referimos a alguns recursos pedagógicos utilizados por eles, temos como intenção captar uma possível atividade educacional não formal, não sistemática, desenvolvida também em espaços como o cotidiano das associações de auxílio mútuo e resistência, e que encontramos, sutilmente, nos periódicos. Cabe lembrar que o termo “recursos pedagógicos” inexistia na documentação estudada. Cabe assinalar também que os

redatores com os quais travamos contato não eram jornalistas profissionais, nem o campo profissional do jornalismo se encontrava tão desenvolvido.

Barbosa (2010) apresenta, brevemente, o formato dos jornais oitocentistas. Seu reduzido número de páginas, nas quais as letras se distribuíam por duas colunas, separadas, muitas vezes, por um fino traço. Entre uma e outra matéria, um pequeno fio ou vinheta mostrava a troca quase imperceptível de assunto. A limitação do espaço físico fazia com que a continuação de algumas publicações ocorresse no número seguinte. A maioria dos jornais e revistas aqui analisados não possuía imagens, apenas textos corridos.³ Ou seja, não se desenvolvera o apelo à atenção de um mercado consumidor de notícias. Mas, havia características do discurso, afinadas aos próprios códigos culturais das classes trabalhadoras que propiciavam sua apreensão pelo público leitor e ouvinte.

Os próprios jornais voltados para as classes trabalhadoras estavam conscientes e teorizavam sobre o papel educativo que cumpriam, ao lado das associações e partidos operários. Do artigo enviado como colaboração por Caldeira ao *Echo Popular* (1890) podemos depreender uma dimensão pedagógica de sua atuação. O objetivo de uma “grande reforma econômica” por ele defendido exigia que os trabalhadores se organizassem em um partido e em associações operárias e por meio destes se educassem e disciplinassem para aquela tarefa.

Economicamente, pois, os trabalhadores, o povo, que mourem dia e noite sem que possam vencer as enormes dificuldades da vida principiam de conhecer que só pelos seus esforços poderão levantar-se e reclamar ordeiramente justiça para destruir os seus sofrimentos. É claro que para organizar-se uma grande reforma econômica os trabalhadores precisam organizar-se política e economicamente. Precisam educar-se, disciplinar-se. (ECHO POPULAR..., 1890).

Partido e associações eram espaços em que a classe se educava e disciplinava. A julgar pelos objetivos propostos por Caldeira – uma grande reforma econômica – haveremos de convir que o alcance do sucesso desse movimento fosse uma tarefa bem mais complexa do que a obtenção de diplomas escolares. Segundo o mesmo *Echo Popular* (1890) no artigo “Associação para Luta”, essas formas de organização poderiam promover mudanças não apenas no sistema social, mas nas próprias vidas dos deserdados e desprotegidos. Elas seriam meios de desenvolvimento do espírito e das faculdades mentais do indivíduo.

[...] [a associação] estimula e promove o gosto, a vontade, o desejo ardente de saber e bem avaliar o peso enorme das injustiças e dos sacrifícios infligidos por uma sociedade que

embora condenada, somos obrigados a suportá-la! [...] A associação instrui, regenera e moraliza os costumes, obriga os seus membros a abandonar os vícios, sempre perniciosos e funestos para o proletariado, desvia-os da taverna que bestializa e corrompe e que, além disso, é o instrumento mais poderoso da sua ruína o maior inimigo dos seus interesses e da sua família. Na taverna é onde o indivíduo mais se degrada e envelhece, na associação o ignorante instrui-se, o fraco torna-se forte e o digno mais se dignifica. (ECHO POPULAR..., 1890).

Reconhecendo seu papel educativo ao lado das associações de classe, os periódicos estudados adotavam recursos discursivos, formas de levar o público às aprendizagens desejadas. Seguimos destacando esses recursos e os traços peculiares da produção intelectual das classes trabalhadoras. Apesar da centralidade dada às matérias de opinião, em razão do interesse pelas concepções educacionais e do “aprendizado da política” das classes trabalhadoras, é importante considerar o acesso às informações, o desenvolvimento da leitura e do raciocínio lógico, da cultura geral, possibilitadas por seções diversas contidas nos jornais como: divulgação sobre literatura e ciências; folhetins; e outras seções lúdicas nas quais se publicavam charadas e, mais constantemente, poemas.

Além de expressão lírica, a própria poesia era um veículo de conscientização política. Diferentes periódicos publicavam poesias que tinham como temas a vida do trabalhador, a escravidão, entre outras questões sociais. Vejamos a criação do poeta anônimo, provavelmente um operário autodidata, Ceserino da Rosa, no jornal *O Proletário* (1878). Desde seu título já denotava o propósito de levar o leitor à “Meditação” sobre a condição de pobreza associada ao trabalho, oposta à condição de opulência dos senhores.

Meditação

Ó mundo! Tuas grandezas/não passam de ilusão/Quiméricas
realezas/ que surgem como o vulcão!/ Porém a brisa soprando/
vão-se em breve dissipando/e fogem com a visão!/Guardas no
seio opulentos/que bem pequeninos são/nos virtuosos inten-
tos/porém grandes na ambição! Que pensam dourar-te ó mun-
do/mas que são o foco imundo/gerando-te a podridão!/Aqui
– soluça uma pobre/vergada ao peso da dor/desgraçada/porém
nobre/vertendo a vida, o suor/para manter na virtude/embora
sem luz e rude/a filha do seu amor! Ali um velho curvado/
(que os anos passados são)/pede uma esmola (coitado!)/mas
nem a esmola lhe dão!.../Era ontem no trabalho!/Hoje não tem
agasalho!/Caiu exausto no chão! [...] Ai! pobre! Tu és a vida/
um tapete multicolor/enquanto a franja florida/não desbota a
linda cor/vais o salão enfeitando/mas o peso suportando/do teu
soberbo senhor! (O PROLETÁRIO..., 1878).

Outros exemplos se repetem criados por artistas desconhecidos, em razão de sua sonoridade, estavam mais próximos de uma cultura oral ainda robusta. Intercalados aos textos mais densos e extensos, falavam não somente à razão, mas também à sensibilidade das classes trabalhadoras, combustível para utopias de liberdade e de um mundo novo. A *Gazeta Suburbana* (25 de março de 1884), em edição comemorativa da abolição da escravidão na Província do Ceará, fala em versos da “Ideia-povo”. “[...] se ver em cada homem no vasto mundo novo/ Trocar gemidos e ais por hinos de louvor/Em vez do ódio de raça, leal fraterno amor/Em fim... Abolição! Tal é a idéia-povo.” Já *O Três de Abril* (1905) traz em uma de suas edições, o poema de Joaquim dos Anjos, em homenagem a Luiza Michel ou Louise Michel, militante anarquista francesa. Contando as histórias de personagens das lutas dos trabalhadores, a poesia também informava e contribuía para a formação das culturas de classe, exaltando a qualidade dos que combatiam por um “belo ideal, tão sacrossanto e puro” mesmo que viessem a “[morrer] sem o ver.” (O TRÊS DE ABRIL..., 1905).

O mesmo periódico traz outras marcas dessas culturas, que ele próprio fomentava. Em notas breves publicava felicitações pelo aniversário de filhos de militantes da União Operária do Engenho de Dentro: “Faz anos hoje a menina Jandira, filha de nosso companheiro, Manoel Joaquim de Queiroz, conselheiro da União Operária do Engenho de Dentro. As Nossas felicitações.” (O TRÊS DE ABRIL..., 1905). Ao fim das edições fazia uma breve apresentação da União, contendo sua data de fundação, o endereço da sede, o horário de expediente “a qualquer hora, todos os dias”, e o nome de seu presidente – Pinto Machado. Fica claro que, quando as associações mutualistas oitocentistas, mas principalmente as associações de resistência criadas nas últimas décadas daquele século e nos primeiros anos do século XX, apontam em seus estatutos a importância da criação de jornais como órgãos de classe, estão defendendo uma ferramenta, não somente de propaganda, mas de organização interna. A publicação supramencionada e outras aqui citadas mostram como o jornal propiciava coesão interna, comunicação entre os próprios associados, ao mesmo tempo que era uma ferramenta para a atração de “um número ilimitado de membros.” (O TRÊS DE ABRIL..., 1905).

É possível perceber que a escrita dos periódicos operários, imersa em um universo cultural peculiar, como viemos apontando, era uma escrita perpassada pela oralidade. Tal relação com a linguagem oral é um traço importante dos recursos pedagógicos que pretendemos destacar. Alguns exemplos desse imbr-

camento entre linguagens podem ser delimitados. Para além dos textos longos, havia citações curtas espalhadas pelos jornais, frases de autores reconhecidos ou não, que pretendiam sintetizar verdades sociológicas, políticas ou morais, fixando-se na memória do leitor. *O Três de Abril* (1905) apresentava uma coleção delas, como: “A divisão do trabalho centuplica as forças de produção – Louis Blanc”; “O maior cancro da sociedade é o jogo, faz do homem de bem o maior criminoso, arrasta a honra ao lodaçal da infâmia” (sem autoria); “Ninguém possui bastante imaginação para sentir a fome de seu próximo” – Wertheimer; entre outras (O TRÊS DE ABRIL..., 1905).

O amplo uso de metáforas era outra forma de aproximar oralidade e escrita. No artigo “Cautela! [...]” de *O Três de Abril* (1905), ao comemorar o aumento do número de associações de trabalhadores pelo interior do Brasil, a redação afirmava estarem felizes “[...] porque da árvore que plantamos já tem surgido frutos em quantidade.” As metáforas criavam imagens que davam concretude ao discurso dos jornais operários. Ao lermos a transcrição de um discurso⁴ proferido em *meeting*, relatado pelo *Marmorista*, quase podemos visualizar a cena dos “[...] privilegiados da sorte [a passear] nos seus faustosos coches, salpicando de lama a face dos operários [...]” (O TRÊS DE ABRIL..., 1905).

Na divulgação da doutrina de *O Socialista* (10 de agosto de 1878) o redator faz uso do mesmo tipo de recurso, comparando a estrutura social vigente de desigualdade entre ricos e pobres com a atitude do pai de família que deserda uns filhos e beneficia outros.

Imaginal uma família de irmãos, cujo pai abastado em fortuna deserudara alguns e locupletara a outros. Mesmo que os deserdados fossem péssimos e os aquinhoados fossem ótimos, eram filhos do mesmo pai, o que é serem irmãos. Julgareis de injustiça, julgareis de iniquidade [...] o que é sempre um mal, um semelhante ato. A disparidade que aí vai na imposição da pena aos deserdados e da riqueza entregue aos aquinhoados é um fato familiar, doméstico, que pode quando ampliado dar a medida exata da injustiça, da iniquidade da doutrina anti-socialista. Sai da família e entrai no município, na comuna, no estado; observai que aqui há duas classes extremadas, uma herdeiros permanentes e outra deserdados perpétuos. Uma a dos ricos, dos abastados, dos capitalistas, a outra a dos pobres, dos miseráveis, dos indivíduos que não têm trabalho. (O SOCIALISTA..., 1878).

As histórias exemplares também tornavam mais concretas as lições a serem ensinadas e os valores a serem inculcados. N^o *O Panificador* (1900), o texto

Uma Lição! conta o caso, ao que tudo indica, fictício, de José de Azevedo, um rapaz empregado em um banco da capital onde ocupava um lugar modesto.

Pela sua índole um tanto vaidosa e tendo alguma instrução, ligava pouca importância àqueles que viviam do trabalho material, do trabalho rude; e se alguma vez tinha de tratar ou conversar com eles, deixava sempre transparecer nas suas palavras e nos seus modos desdenhosos uma tal sobranceira que dir-se-ia um deputado ou ministro dando ordens a seus lacaios. (O PACIFICADOR..., 1900).

Ao longo da redação, é possível observar não uma, mas várias lições. A primeira, de que o grau de instrução era um fator de distinção não somente econômico, pois o rapaz ocupava um cargo modesto no banco em que trabalhava, mas principalmente cultural. Por tais motivos Azevedo não era bem quisto entre as “[...] classes menos favorecidas de instrução e que conviviam numa sociedade muito mais humilde e modesta, porém, sem dúvida, menos hipócrita e mais sincera.” A segunda lição seria de que mais instrução não era considerada naquele periódico, sinônimo de mais valor humano, uma vez que classes menos instruídas seriam menos hipócritas e mais sinceras (O PACIFICADOR..., 1900).

No desenrolar da história, Azevedo recebe uma herança que investe em negócio próprio: uma padaria. Como dono, ele

Pagava muito mal aos seus empregados e exigia-lhes serviços fora das horas que havia determinado para o trabalho, vigiava-os constantemente, repreendia-os severamente, severamente não digo bem porque pode um homem ser severo sem ser grosseiro e sem ferir o brio e a dignidade de qualquer [...]

A terceira lição não é exatamente uma lição, mas uma caracterização do perfil do patronato: explorador, desconfiado, repressor, aproveitando para lhes apontar as contradições contidas no fato de, por um lado, considerarem-se superiores em sua civilidade, por outro, destratarem grosseiramente seus empregados. “Azevedo, nas suas admoestações usava de uma linguagem tão baixa e ofensiva, servia-se de termos tão imorais, que não parecia um homem acostumado a pisar os salões atapetados, a tratar com pessoas educadas.” (O PACIFICADOR..., 1900).

Por ironia, traço comum dos textos operários, a irmã do patrão se apaixonou por um funcionário seu. Esse operário é apresentado como homem digno, respeitador, sensível, vertia lágrimas por um amor impossível diante do qual mantinha sua postura de humildade. Tudo isso o fazia merecedor do amor da moça que era recíproco. A ironia maior viria ao final, quando após ser despedido e re-

admitido, o operário salva os negócios do patrão à beira da falência. O desfecho é um tanto inverossímil, pois o dono da padaria concede a mão de sua irmã, comemorando com um abraço em seu funcionário. Estaria assegurada a vitória da capacidade e moralidade do operário, enfim este seria reconhecido. Uma inversão foi operada: o patrão passou a ocupar o lugar de quem precisa de ajuda e o operário pôde se mostrar benevolente. Mas, no fim, a ordem foi mantida, os negócios do patrão foram salvos pelo próprio operário, que, ao que parece, continuou em seu posto, embora com um reconhecimento importante: recebeu a mão da irmã do patrão em casamento. Última lição, o patrão precisava do operário e no fim das contas, pertenceriam todos a mesma família, talvez à família humanidade. Essa é uma leitura possível, imaginemos outras tantas reações daqueles padeiros ao lerem ou escutarem essa história.

Não era somente pelo conteúdo veiculado, mas também pela forma da linguagem utilizada que se contestava a ordem instituída. *A Revolução*, de 11 de abril de 1881, noticia as condecorações ao Ministro dos negócios estrangeiros sob uma forma que desafiava os padrões instituídos de moralidade e civilidade.

O Sr. Pedro Luiz, digno ministro dos negócios estrangeiros, além das condecorações da Roumania e da Legião de Honra, vai ser condecorado pela Itália, pela Espanha, e cremos que até pelo Marrocos, Benguela, Afeganistão, Beluquistão, Egito, Conchinchina, Luanda e Saara. S. ex. ficará coberto de medalhas, quando elas cobrirem todo corpo, desde a ponta do nariz até os dedos dos pés, aonde mete as outras? (A REVOLUÇÃO..., 1881).

O uso do humor ácido transmitiria de forma eficaz a crítica àquela autoridade e à instituição representada por ela. A “piada” acessada por um leitor, provavelmente seria difundida, contada a tantos outros, ajudando a formar um tipo de opinião sobre o Ministro em questão. No mesmo sentido de uma escrita mais rebelde, encontramos em alguns jornais o tom de advertência ou ameaça usado contra padrões e o Governo. É o caso da seção “Correio Panificador” no jornal da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias. Nesta lemos:

João Maggi por causa de uns maus companheiros teve de se retirar de uma casa na Rua do Lavradio. *Srs. Patrões, cuidado*. Por causa de um empregado afeiçoado não se manda embora outro que está nos casos de bem servir. Ou ainda Qual será o meio usado para se poder vender pão a 400 réis o quilo? *Cuidado Farinheiro* [...] Assinado: O pão barato. (O PANIFICADOR..., 1900).

Outros recursos de linguagem como frases de efeito e muitos pontos de exclamação se espalham pelos textos dos jornais, aproximando aquela escrita das formas da oralidade. Em *O Socialista* (20 de julho de 1878), o tom indignado do editorial nos leva a imaginar as possíveis reações de homens e mulheres trabalhadoras ao lerem ou escutarem tal leitura. “Pois bem, vencendo a repugnância que nos inspiram eles, descereamos, descereamos até eles [...] Não importa! Se nos sujarmos, nos lavaremos na límpida e cristalina do povo (sic) [...]” (O SOCIALISTA..., 1878).

O mesmo periódico nos fornece ainda outros exemplos da ligação entre sua redação e o mundo da linguagem oral no momento em que mantém uma seção na qual publica “boatos” e mantém a prática, como em outros periódicos do seu gênero, de transcrever conferências proferidas por diversos sujeitos. No número de 20 de julho de 1878 anuncia que “Brevemente aparecerá um discurso do ilustrado Sr. Dr. Lopes Trovão [...]” (O SOCIALISTA..., 1878).

O Marmorista (01 de dezembro de 1906), por sua vez, publica resumo de discurso proferido por Carlos de Araújo, o Cavaco, secretário do republicano *Petit Journal*, acompanhado de perto pelo operário Francisco Xavier da Costa, provavelmente quem relatou o discurso para o jornal dos marmoristas, em um momento em que A Praça da Alfândega regurgitava de povo às 4:30 horas da tarde.” Barbosa (2010) mostra a simbiose entre oral e escrito pela qual surge a imprensa no Brasil, no início do século XIX. Suas fontes de informação seriam, segundo a autora, além das notícias de jornais estrangeiros compiladas, o “ouvir dizer”, “por se falar”, “por chegar aos nossos ouvidos”,

[...] expressões que mostram a contaminação do mundo oral nas letras impressas [...] Os boatos se transformam em fonte privilegiada de informação. Mas, é preciso descobrir o que de fato está acontecendo [...] E quando ganham nova materialidade, é como se tivesse sido desfeita a imprecisão das informações. (BARBOSA, 2010, p. 23).

A seção “Telefonia Padeiral” de *O Panificador* (1900), é mais um indicativo da simbiose supracitada. Temos ali a reprodução de sons do telefone e de diálogos ao telefone. Cada pequeno “esquete” começa com o toque do aparelho: “Trim-lim-lim”, ao que se responde: “–Alows. Quem fala?” Cada chamada é a deixa para uma sátira à sociedade carioca, ou para uma propaganda do próprio jornal dos padeiros. Seguem citadas algumas, para compartilhar a diversão (O PANIFICADOR..., 1900).

Trim-lim-lim/Alows. Quem fala?/Padaria Rua de São Pedro./Que quer?/Um padeiro que ature o patrão de manhã./

Ao Paciência./Trim-lim-lim./Alows./Quem fala?/Padaria
Fábrica das Chitas./Que deseja?/O Jornal “O Panificador”./
Subscreva na lista voluntária. (O PANIFICADOR..., 1900).

Os saberes adquiridos no fazer cotidiano eram matéria-prima da “prática pedagógica” desenvolvida pela imprensa voltada aos trabalhadores. A prática e a experiência eram consideradas mestras, mas as próprias ideologias revolucionárias, como o anarquismo, eram representadas nesses periódicos como fruto da ciência, do estudo e do conhecimento. É o que afirma Félix Pereira, em *Força Nova* (1907): “Mas, graças à ciência moderna chegamos à conclusão que para os estômagos cheios não há mais que o Deus-Ouro.”

Tais conhecimentos deveriam ser apresentados ao público leitor de maneira didática. É essa a preocupação de *O Socialista*, de julho de 1878, ao abordar a “doutrina socialista”. A sua explicação do que ela quer e do que ela nega é feita sob a forma de perguntas e respostas, recurso que o jornal usava frequentemente.

O que pede o socialismo? Verdade nas teorias sociais, verdade nas práticas sociais, verdade nas consequências sociais. O que nega ele? O que é que a doutrina socialista repele? A mentira, o absurdo.

A sede de conquista é um princípio que de absurdo que é, deriva consequências absurdas. Ponde Ciro de frente de Baltazar, tereis a covardia e o assassinato [...] Mas chama-reis conquista. Colocai Alexandre diante de Tebas e vereis ruínas sucedendo a cidade. Tereis a morte sucedendo a vida; o incêndio sucedendo a habitação; a ruína sucedendo a edificação [...] Procurai Roma e os soldados; a conquista e o roubo; a devassidão e o furto. Evocai os Césares, evocai os Antoninos, desenterrai Macrino [...] e dizei que foram bons, que tiveram o exercício de um direito, defendei esse parto monstruoso da cabeça e do braço e [...] tereis defendido a doutrina anti-socialista; isto é, tereis sustentado o direito de conquista junto ao direito de ruínas; tereis absolvido a culpa o direito de hereditariedade dinástica e o direito de herança doméstica. É isso um bem? É isso aceitável? Mil vezes que não. (O SOCIALISTA,... 1878).

Além da repetição de sentenças e do uso do imperativo para reforçar a argumentação e afirmar a doutrina, outro recurso bastante usado é a história como exemplo e como mestra explicadora, nesse caso, o exemplo do abuso das conquistas e da origem do direito de herança. No Editorial de 27 de junho de 1878, o autor sugere: “Recordai a história, a boa mestra.” E, ainda usando este argumento, no artigo intitulado *Princípios e Consequências* atende ao percurso da humanidade até o estágio atual de desenvolvimento, momento em que a propriedade privada

teria surgido como consequência brutal e violenta da luta do homem contra o homem, precedida por um estágio anterior da luta do homem contra as feras pela sobrevivência. Nesse artigo reafirma o sustentáculo de suas verdades – “Se não, indagai da história, a mestra de todos os povos, companheira imperecível de todas as ações. Indagai impertinente e ela vos responderá.”(O SOCIALISTA..., 1878).

Para algumas correntes do movimento de trabalhadores, os jornais eram instrumentos de ação revolucionária, enquanto a revolução era, ela mesma, um processo pedagógico em que se “preparavam homens”. Não apenas o processo revolucionário seria pedagógico, mas também o processo decisório democrático, adotado em algumas associações operárias, como divulga *O Marmorista*, jornal que, segundo o articulista, A. C. Christino, era lido pelos seus companheiros “com avidez”. Ao convocar a categoria a participar das atividades da organização de classe, afirma que “[...] ali não prevalece a vontade deste ou daquele, todas as idéias são discutidas e formadas em leis, que nós podemos e devemos respeitar, como também nos é dado discutir e confeccionar.” (O MARMORISTA..., 1906). Trabalhadores que leem, que têm ideias e que escrevem estas ideias. A criação de uma legislação naqueles moldes era trabalhoso e complexo. Podemos imaginar que envolvesse uma análise da sociedade em que estavam inseridos e das condições de sua categoria. Envolveva o cálculo das diversas opiniões e interesses internos, o conhecimento das formalidades da linguagem jurídica e, por fim, a formalização escrita. É importante salientar que, de fato, segundo registra o próprio jornal, havia toda a quarta-feira, no endereço da Praça Tiradentes, número 71, a reunião do Conselho Administrativo do Centro dos Marmoristas, composto por representantes das oficinas, a quem era solicitado assistir “[...] ao maior número de reuniões que lhes seja possível.” (O MARMORISTA..., 1906).

Dessa forma, os trabalhadores do mármore se educavam pela sua própria experiência em elaborar uma legislação social, mas também pela experiência de outras categorias relatada e analisada em seu periódico. Na seção “Movimento Operário”, de 01 dezembro de 1906, noticia a greve dos sapateiros considerada “um belo ensinamento”.

Longo tempo se mantiveram em greve estes companheiros. Quiseram implantar um regulamento e uma tabela geral, o que muito lhes custou e que, aliás, não parece ter dado o resultado satisfatório, mas foi um belo ensinamento para todos os operários. Provou que não só se torna necessário a organização onde todos sejam associados, como ainda que sejam sempre tratadas com cuidados as resoluções a tomar

procurando sempre uma tática para se obter resultados. (O MARMORISTA, 1906).

O processo da greve dos sapateiros, mesmo malograda, e talvez por isso mesmo, serviu de aprendizagem não apenas para aquela categoria,⁵ mas para o movimento operário. De onde podemos extrair que o saber de experiência não é somente aquele que o indivíduo vivencia pessoalmente, mas aquele gerado na realidade histórica de sujeitos que podem ser individuais ou coletivos. Vemos que aquela experiência e os ensinamentos gerados a partir dela sobre a necessidade de organização e de uma tática para obter resultados, circulava de forma oral (o que não precisamos de “provas” documentais para afirmar) e de forma escrita, disponível para ser apropriada pelos trabalhadores imediata e posteriormente.

O que temos visto até aqui encontra paralelo com a afirmação feita por Thompson (2002) para a Inglaterra no início do século XIX.⁶ Concebendo a leitura e a escrita como uma técnica, o autor afirma que, para além de um processo de alfabetização da população, o que se viu foi o desenvolvimento, naquele momento, de maneira bastante autodidata entre os trabalhadores, de uma cultura intelectual e de uma consciência política. Cultura na qual a alfabetização assumia grande importância, mas não era imprescindível para a inserção dos trabalhadores em seus códigos. Basta retomarmos a tão ilustrativa imagem com que abrimos este artigo, cena de alguma padaria do Rio de Janeiro, ou, talvez, da sala da Associação Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padaria.

O jornal *O Panificador*, de 11 de fevereiro de 1900, traz um comentário sobre um artigo publicado no *Jornal do Brasil* por um anônimo que assina como A. Mercúrio. Este atribuía a responsabilidade pelos problemas da indústria do pão aos donos de padaria por não serem rígidos o bastante com seus empregados. Opu-nha, dessa forma, o interesse da indústria do pão aos interesses dos trabalhadores e considerava que estes estariam sendo beneficiados. Pelas páginas do jornal dos padeiros temos acesso a duas respostas dos trabalhadores a essa investida. Primeiro, a publicação da crítica pelo órgão da categoria. Segundo, a reação à notícia do *Jornal do Brasil* por aqueles que “a ouviam ler” (O PANIFICADOR, 1900).

Leitura e escuta politizadas não eram transmitidas mecanicamente como uma notícia, nem escutadas displicentemente. Sujeitos que compartilhavam suas experiências se encontravam reunidos. A leitura, desde o início, despertava-lhes a manifestarem perplexidade. Parte do efeito das palavras era produzida pela interpretação do leitor: a suspensão da leitura em momento crucial aumentava a surpresa. E a reação final, ponto alto da crítica: gargalhadas de descrédito ao que

consideravam absurdo – os empregados, produtores expropriados do fruto de seu trabalho, considerados culpados pelo “fatalismo que pesa sobre a indústria do fabrico do pão”. Postura irônica, satírica, segura daquilo que viviam e sabiam.

4 CONCLUSÃO

Para fazer uma história da educação das classes populares oitocentistas é importante explorar fontes alternativas ao universo exclusivamente escolar. A imprensa operária revelou a experiência popular de acesso às letras e à produção intelectual mediada pela escrita. Revelou, ainda, propostas pedagógicas defendidas por parcelas organizadas das classes trabalhadoras.

Tais experiências podem nos ajudar a questionar um olhar para a relação classes populares e educação, ontem e hoje, sob o signo da falta. “Falta alfabetização”, “falta leitura”, “falta escolas” ao povo.

Questionar essas sentenças não significa afirmar que o Estado tem cumprido seu papel de prover, em plenitude, educação de qualidade ao povo. Por outro lado, observar as lutas e esforços educacionais das classes populares oitocentistas pode nos levar a perceber algo mais que “um povo ignorante” por não ter sido escolarizado pelo Estado.

Notas explicativas:

¹ Diante dessas condições adotamos como estratégia uma entrada horizontal no universo da imprensa operária no período que se estende de 1858, com o *Jornal dos Tipógrafos* até 1914 com *A Redenção*, compondo uma análise do objeto a partir de um número relativamente grande de periódicos, abrindo mão de estudar cada título de forma aprofundada. Nesse sentido, os jornais e revistas foram utilizados como fontes e não como objetos em sua materialidade, ainda que essa materialidade possa ser evocada em um ou outro instante na abordagem das formas do *educar-se* das classes trabalhadoras pela imprensa.

² Uma das exceções é o *Jornal dos Tipógrafos* que publicava anúncios a pedidos “mediante a retribuição usual nas mais folhas”. Além de publicar dados sobre o comércio (importação e exportação), movimentos do porto, avisos da repartição de polícia, anúncios de leilões, vários anúncios de aluguel e compra de escravos. Os anúncios tomavam quase todo o jornal que foi criado, durante a greve dos tipógrafos de três grandes folhas diárias, com o objetivo principal de suprir a falta destas.

³ Temos a exceção n° *O Artista*, cujo objetivo era propriamente instrutivo, e no qual havia desenhos de máquinas e ilustrações de processos produtivos, mas não eram em grande número.

⁴ Mais uma mostra dessa estreita ligação entre escrita e oralidade na imprensa, especialmente na operária, é o hábito de publicar transcrições de conferências e discursos.

⁵ Cabe lembrar, como no capítulo anterior, que não se fazia uso do termo “categoria” à época, o seu uso pontual neste texto tem a ver com a necessidade de não confundir classe (usada à época da forma que entendemos categoria, hoje) e classe social, em sentido mais amplo.

⁶ “Pois na primeira metade do século XIX, quando a educação formal de grande parte do povo se resumia a ler, escrever e contar, não foi absolutamente um período de atrofia intelectual. As vilas e até aldeias ressoavam com as energias dos autodidatas. Dadas as técnicas elementares da alfabetização, os diaristas, artesãos, lojistas e mestres-escolas punham-se a aprender por conta própria, individualmente

ou em grupo [...] aqui e ali, líderes radicais locais, tecelões, livreiros, alfaiates reuniam pilhas de periódicos radicais e aprendiam a usar as publicações do parlamento, diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir, todas as semanas a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobet. Assim, a partir de sua experiência própria e com recurso a sua instrução errante e arduamente obtida os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade [...] De forma nenhuma, o analfabetismo (devemos lembrar) excluía os indivíduos do discurso político.” (THOMPSON, 2002, p. 305).

REFERÊNCIAS

- A CONSCIÊNCIA NACIONAL. **Jornal Político-Social**. 2 de dezembro de 1877. Rio de Janeiro: Typografia de Domingos Luiz dos Santos, 1877. (único exemplar).
- A REDENÇÃO. **Periódico da Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, 1914.
- BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800 – 1900**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. **Culturas de Classe**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- ECHO POPULAR. **Órgão das Classes Operária, Industrial e Comercial**. Rio de Janeiro, 1890.
- FORÇA NOVA. Rio de Janeiro, 1904.
- GAZETE OPERÁRIA. **Órgão dedicado especialmente aos interesses dos artistas e operários**. Rio de Janeiro, ano 1, jan. 1881.
- GAZETA SUBURBANA. **Edição especial comemorativa da Solene Redenção dos Escravos da Província do Ceará**, 25 dias do mês de março de 1894. Rio de Janeiro: Typ. Econômica, 1884.
- MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, T. R. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- O ARTISTA. **Periódico dedicado à indústria e principalmente as artes**. Rio de Janeiro: Typ. de Aranha Guimarães, 1871.
- O MARMORISTA. **Órgão de propaganda dos operários marmoristas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Typ. Vianna & C, 1907.

O PANIFICADOR. Órgão dedicado aos interesses da classe dos empregados em padaria. Rio de Janeiro, 1900.

O PROLETÁRIO. Hebdomadário artístico, literário e recreativo. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1877- 1878.

O SOCIALISTA. Órgão de um clube. Jornal político, chistoso e comercial. Rio de Janeiro: Typ. do direito, 1878.

O TRÊS DE ABRIL. Órgão dos interesses em geral. Rio de Janeiro, 1905.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS GUARDA LIVROS. Publicação mensal consagrada ao movimento interno desta associação e a todas as questões que possam interessar ao comércio em geral e especialmente o do Brasil. Rio de Janeiro. Typ. Cosmopolita, 1875.

REVOLUÇÃO. Órgão Realista, Republicano, Livre Pensador e Socialista. Rio de Janeiro: Typ. Particular, 1881-1882.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

Recebido em 23 de janeiro de 2013
Aceito em 03 de junho de 2013